

Fábio Aresi

fabio_koy@yahoo.com.br

Valdir do Nascimento Flores

valdirnf@yahoo.com.br

O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem

The enunciative operation of the pair question-response in situation of clinic of language disturbs

RESUMO – Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise enunciativa do funcionamento do par pergunta-resposta em dados oriundos da clínica dos distúrbios de linguagem, procurando construir uma reflexão acerca da relação entre forma e sentido nesse par no contexto da clínica dos distúrbios de linguagem, entre terapeuta e paciente com fala desviante.

Palavras-chave: pergunta, resposta, enunciação, distúrbios de linguagem, forma, sentido.

ABSTRACT – This paper intends to analyze, from an enunciative point of view, the operation of the pair question-response in dialogs taken from clinic of language disturbs, in order to discuss the relation between form and meaning in this pair in the context of clinic of language disturbs.

Key words: question, response, enunciation, language disturbs, form, meaning.

Introdução

O par pergunta-resposta tem sido objeto de estudos por parte de lingüistas, principalmente no campo da lingüística interacional e conversacional, onde se pode encontrar rico material sobre o assunto. No entanto, os estudos enunciativos pouco disseram sobre os fenômenos de pergunta e resposta, e mais escasso, talvez nulo, seja o número de abordagens de tais fenômenos quando relacionados à clínica dos distúrbios de linguagem, lugar onde a ocorrência do par constitui grande parte do diálogo entre os interlocutores.

Com o propósito de suprir, ao menos em parte, esta lacuna, pretende-se neste trabalho analisar, do ponto de vista enunciativo, o funcionamento do par pergunta-resposta – entre terapeuta e paciente com fala desviante – em dados oriundos da clínica dos distúrbios de linguagem, procurando construir uma reflexão acerca da relação entre a *forma* e o *sentido* deste par no contexto dessa clínica¹.

Dentre as diversas teorias da enunciação pertencentes ao campo da Enunciação (cf. Flores e Teixeira, 2005),

o viés que embasa a análise aqui apresentada é produto de uma interpretação das idéias de Benveniste, tendo em vista os dados em questão.

O trabalho iniciará com a apresentação do par pergunta-resposta sob a ótica da lingüística conversacional, de onde provém grande parte dos estudos feitos acerca desse tema até então. Partir-se-á, logo após, para a retomada dos principais conceitos da teoria benvenistiana, de forma a elucidar as implicações destes no estudo da fala desviante, bem como no estudo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. Finalmente, discutir-se-á sobre questões metodológicas consideradas de relevância para a análise enunciativa, encerrando com a análise dos dados e as conclusões obtidas.

O par pergunta-resposta

Como foi dito anteriormente, a ausência de trabalhos lingüístico-enunciativos que abordem o funcionamento do par pergunta-resposta impõe que se recorra a áreas dis-

¹ Os dados aqui analisados são oriundos do Banco de Dados *ENUNASIL – Enunciação e Sintoma na Linguagem*, elaborado pelo grupo de pesquisa sobre Distúrbios de Linguagem sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tintas, mesmo que não opostas, ao campo da Enunciação, como forma de explicitar parâmetros já estabelecidos na literatura especializada. Nesse sentido, a seguir, faz-se pequeno levantamento de alguns pontos considerados fundamentais, a partir dos quais, acredita-se, é possível dar início a uma reflexão sobre o tema em Enunciação.

Considerações gerais sobre o par pergunta-resposta

Para Urbano *et al.* (1996), perguntas e respostas formam uma unidade dialógica mínima, fundamental para a organização conversacional. Tal perspectiva vem ao encontro do que aponta Goffman (1987, p. 11), quando o autor entende que “a cada vez que as pessoas se falam, é possível ouvir perguntas e respostas”; e se coaduna também com Stenström (1984) que considera difícil imaginar uma conversação sem elas.

Certamente, o fato de perguntas e respostas configurarem uma unidade mínima se deve ao forte elo entre esses elementos. Prova disso é que, se, por um lado, é difícil imaginar um diálogo sem eles, por outro lado, também o é imaginar uma pergunta sem resposta e vice-versa. Conforme Stubbs (1987), há uma dupla relação entre o par pergunta-resposta: as perguntas antecipam e restringem semanticamente as respostas, dependendo destas que, por sua vez, são ainda mais dependentes das primeiras. Também Kerbrat-Orecchioni (2005) concorda com essa idéia. Segundo a autora, “a pergunta é um ato iniciativo que em geral solicita fortemente uma reação verbal”, e vai mais além ao dizer que “recusar-se a responder a uma pergunta constitui [...] uma ofensa conversacional grave, uma provocação quase ‘prodigiosa’” (Kerbrat-Orecchioni, 2005, p. 107).

Quanto à estrutura do par pergunta-resposta, Urbano *et al.* (1996, p. 75) considera-a constituída de um primeiro segmento, uma pergunta (P), que é seguido de uma resposta (R), que pode ser seguido de um “segmento opcional” (S), conforme o Exemplo 1, abaixo:

Exemplo 1

P – Que horas são?
R – São três e meia.
S – Obrigado.

Porém, nem sempre essa estrutura P – R – (S) é a que se vê em uso, uma vez que a organização das seqüências dialógicas do par pode ser muito variada. A resposta pode, por exemplo, ser substituída por uma réplica² ou mesmo por outra pergunta, como a seguir:

Exemplo 2

P – Você tem horas?
P – Já quer ir embora?

Apesar da imensa variedade de combinações que existe entre perguntas e respostas em um diálogo, considera-se que, via de regra, a resposta deve ser sempre adequada à pergunta que a solicitou. Parece ser essa a opinião de Urbano *et al.* (1996), quando afirma que uma das diferenças entre a pergunta e a resposta está no aspecto “eleitor/eleito”. Diz ele:

Parece que a diferença principal entre Perguntas e Respostas está ligada ao fato de que as primeiras impõem restrições ilocucionárias e discursivas às segundas, indicando se uma possível Resposta é adequada ou não, enquanto as Respostas indicam somente que certas condições foram satisfeitas (Urbano *et al.*, 1996, p. 76).

Em outras palavras, cada pergunta comporta um tipo de resposta que a satisfaça, restringindo e direcionando seu sentido. Cabe ainda lembrar Dittmann (1979) para quem a segunda parte de um par dialógico só pode ser produzida se a primeira parte foi, de alguma forma, compreendida. Ou seja, para que uma resposta satisfatória possa ser dada, o sujeito questionado deve entender a pergunta que a originou. É nesse sentido que Dittmann considera os pares dialógicos como um indício de compreensão.

Nos estudos que visam a aspectos interacionais, como esses acima lembrados, são encontradas, geralmente, classificações que distinguem dois tipos de perguntas: (a) as perguntas fechadas ou totais e (b) as perguntas abertas ou parciais. Os dois tipos diferenciam-se quanto à função que têm e quanto à restrição semântica que impõem às suas respectivas respostas.

Nas perguntas fechadas ou totais, conforme Stubbs (1987), o destinatário da pergunta interpreta que a resposta esperada deve ser “sim” ou “não”³. Isso acontece porque a pergunta não solicita uma informação nova, mas a confirmação ou a negação de um conteúdo proposicional, configurando-se em perguntas semanticamente cheias (cf. Urbano *et al.*, 1996), como no Exemplo 3:

Exemplo 3

P – Você vai ao cinema?
R – Sim/Não.

Nas perguntas abertas ou parciais, ao contrário, é a informação nova que se procura obter através da pergunta. Diz Urbano *et al.*:

² A réplica, conforme Kerbrat-Orecchioni (2005), é o segmento dialógico que, ao invés de se encadear ao conteúdo da pergunta, questiona sua pertinência. Por exemplo: Você está acordado? Não, estou dormindo! Para Urbano *et al.* (1996), também podem ser considerados réplicas segmentos que se referem à enunciação (ao ato de perguntar) e não ao enunciado (à pergunta, propriamente dita): Você está livre esta noite? Nossa que jeito de perguntar!

³ Outros termos de mesmos significados podem substituir o “sim” e o “não”, como em “Já foi ao circo? Já /Nunca”, mas a idéia de sim e não permanece.

As Perguntas desse tipo, geralmente, iniciam-se por marcadores interrogativos: *onde, quando, quem, de quem, como, que* etc., seguidos de Respostas cujos termos estejam diretamente correlacionados com a circunstância indicada pelo marcador interrogativo (Urbano *et al.*, 1996, p. 78).

Afirma ainda Urbano *et al.* (1996) que, por serem vazios semanticamente, os marcadores interrogativos necessitam de preenchimento, o que será dado pela resposta com a informação correspondente a eles. Por exemplo:

Exemplo 4

P – *Quando* você vai ao cinema?

R – Acho que vou *amanhã*.

Há, dessa forma, duas funções essenciais das perguntas⁴: as perguntas fechadas, que solicitam confirmação ou não de uma informação já dada; as perguntas abertas, que solicitam uma informação, considerada pelo interrogador de domínio do interrogado⁵.

As considerações acima, longe de esgotarem a apresentação do tema, são suficientes para introduzir a complexidade do funcionamento do par pergunta-resposta e as dificuldades de sua abordagem no campo dos estudos da linguagem. São também um ponto de referência para subsidiar o encaminhamento do tema pelo viés da Enunciação. Assim, a seguir, busca-se apresentar alguns princípios da teoria enunciativa de Émile Benveniste que devem contribuir para a análise dos dados, ou seja, do funcionamento do par pergunta-resposta em clínica dos distúrbios de linguagem. Antes, porém, faz-se pequeno desvio para justificar a visada enunciativa dos dados.

Enunciação e distúrbios de linguagem

Por que buscar no campo da enunciação, em geral, e na teoria de Benveniste, em particular, subsídios para abordar os distúrbios de linguagem?

A teoria da enunciação, ao tomar a fala de cada sujeito pelo que ela tem de singular – em função da instância no tempo e espaço sempre presentes da enunciação – permite ao lingüista descrever o funcionamento da linguagem relativamente à singularidade do uso feito por cada sujeito em uma dada instância enunciativa.

Isso posto, um dos motivos para o recurso à teoria de Benveniste para ensinar uma forma de vislumbrar os distúr-

bios de linguagem é a possibilidade de incluir no processo de análise dos dados a singularidade da fala sintomática.

Benveniste é, normalmente, conhecido como o lingüista responsável pela inclusão da subjetividade na linguagem. Muitos dos textos presentes em *Problemas de Lingüística Geral I* (Benveniste, 1988) e *Problemas de Lingüística Geral II* (Benveniste, 1989) apresentam esse esforço do autor de mostrar que não se pode imaginar o homem separado da linguagem e vice-versa. A linguagem, para Benveniste, é constitutiva da natureza do homem.

Em *Da Subjetividade na Linguagem*, texto de 1958, encontra-se claramente posta esta relação homem/linguagem. Nesse texto Benveniste afirma que “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (Benveniste, 1988, p. 285). A isso acrescenta: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (Benveniste, 1988, p. 286). E a passagem da noção antropológica de homem à noção lingüística de sujeito se faz logo em seguida, ao afirmar que “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (Benveniste, 1988, p. 286).

Assim, ao tratar da subjetividade na linguagem, Benveniste abre caminho para muitos pontos importantes para o estudo da linguagem em sua vinculação com o sujeito. Quando contempla não só o que é enunciado, mas o próprio ato de enunciar e aquele que enuncia, através das “marcas” que este deixa no que diz⁶, o lingüista instaura outra instância de grande importância: a da irrepetibilidade. Para ele, enunciação é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Sendo um ato individual, cada instância de discurso será sempre única e irrepetível, pois as condições de pessoa, espaço e tempo nunca se repetem.

Vale dizer ainda que esta apropriação singular da língua é algo já previsto pela própria língua em sua estrutura. É o que Benveniste chama de *Aparelho Formal da Enunciação*, o mecanismo que possibilita a utilização singular da língua pelos sujeitos, atualizando-a a cada instância de enunciação. Pode-se ver, dessa forma, o caráter fundamental desse aparelho. Sem ele, a língua é mera virtualidade, impossível de ser transformada em discurso pela utilização do homem. Como diz o próprio Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (Benveniste, 1989, p. 83).

⁴ As funções da pergunta, numa perspectiva pragmático-discursiva, são muitas, desde simplesmente iniciarem o discurso, como as perguntas sobre o tempo, até o interrogatório policial ou a pergunta de prova, na qual o questionador já conhece a resposta de antemão. A função enunciativa da pergunta será vista mais além.

⁵ Entretanto, não se deve esquecer que há perguntas que carregam outras consigo, como a pergunta fechada “Você tem horas?”, cuja simples resposta “sim” não é suficiente para satisfazê-la. Para mais detalhes, ver Kerbrat-Orecchioni (2005).

⁶ Segundo Benveniste, a linguagem é provida de um conjunto de signos “vazios”, que só se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. São eles os pronomes “eu/tu”, que permitem a cada pessoa se propor como sujeito de seu dizer, além de muitos outros termos que definem condições de tempo (agora) e espaço (aqui). Tais termos constituem as “marcas” que cada locutor deixa de si ao enunciar. Além disso, como diz Benveniste, o emprego desses elementos tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra, configurando o que o lingüista chama de *Aparelho Formal da Enunciação*, como será visto adiante.

No texto *A forma e o sentido na linguagem*, escrito em 1966, como o próprio título sugere, Benveniste aborda a complexa relação entre a forma e o sentido na linguagem, chamada por ele de *noções gêmeas*. Segundo Benveniste, “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (Benveniste, 1989, p. 229). A primeira é a língua como *semiótica*, pertencente ao domínio do signo saussuriano, cuja função primeira é a de significar; a segunda maneira diz respeito à língua como *semântica*, pertencente ao domínio da língua em ação, cuja função é a de *comunicar*. Nas palavras de Benveniste:

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a *semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação*. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a *frase, expressão do semântico, não é senão particular*. [...] e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o *sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor* (Benveniste, 1988, p. 229-230, grifo nosso).

Dessa forma, falar de *forma e sentido*, na concepção *semântica* de Benveniste, é sempre falar de língua em uso, é falar de subjetividade e de singularidade. É, portanto, falar de Enunciação.

Tem-se, então, alguns pontos principais da teoria benvenistiana que são de extremo interesse para o estudo dos distúrbios de linguagem: (a) a enunciação; (b) a intersubjetividade; (c) a singularidade. Ao se ter em mente tais noções, fica mais fácil de responder à seguinte questão: por que olhar para os distúrbios de linguagem pelo viés da Enunciação?

Olhar para os distúrbios de linguagem pelo viés da Enunciação é abordar a fala desviante sem pôr de lado aquele que enuncia. Ou seja, não se trata de, por exemplo, estudar a gagueira em si, mas de ver como funciona a gagueira para aquele que a possui. Como resultado, a fala desviante passa a ser vista como um funcionamento singular da linguagem de determinado sujeito, distante de uma visão generalizante, cuja classificação invariante das patologias oculta aquele que enuncia.

Se a Teoria da Enunciação promove a análise da singularidade na linguagem, isso vai ao encontro de uma concepção de linguagem própria à clínica dos distúrbios de linguagem que considera o sujeito que enuncia, já que na instância clínica se encontram formas muito singulares de enunciar. Se o *aparelho formal da Enunciação* é específico para cada sujei-

to, a fala desviante pode ser vista, neste aspecto, como uma organização específica da linguagem, unicamente daquele que a enuncia, com sua própria lógica de funcionamento.

Em resumo a Enunciação propicia ao estudo lingüístico dos distúrbios de linguagem – e, também, à clínica – a possibilidade de olhar não só para a fala desviante, mas também para o sujeito que a enuncia, bem como para as condições em que esta fala acontece, sempre únicos. Isso significa dizer que é possível, através da Enunciação, abordar o funcionamento singular da linguagem de cada sujeito com fala desviante. E ainda, se o funcionamento da linguagem é singular para cada sujeito, também deverá ser singular a análise desse funcionamento, pois se trata sempre de uma maneira única de “ser” na linguagem.

O par pergunta-resposta em clínica dos distúrbios de linguagem pela ótica enunciativa

Definidos os termos pelos quais é possível considerar o *que os estudos de Enunciação podem dizer sobre os distúrbios de linguagem*, cabe indagar ainda: o que uma abordagem enunciativa do par pergunta-resposta formula acerca dos distúrbios de linguagem?

Especificamente sobre o interrogar, Benveniste, em *O Aparelho Formal da Enunciação*, diz:

Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada (Benveniste, 1989, p. 86, grifo do autor).

Assim, segundo Benveniste, a pergunta, ou o que ele chama de *interrogação*, seria também parte integrante do *aparelho formal da enunciação*, assim como a ordem (ou *intimação*, como ele mesmo denomina) e a asserção, na medida em que é a enunciação que “fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (Benveniste, 1989, p. 86). E mais, a pergunta não só é da ordem da enunciação, como também é uma marca de *intersubjetividade*. Ao dizer que a *interrogação* é um processo de dupla entrada, Benveniste visa a característica fundamental da pergunta de conjugar o “eu” e o “tu” no mesmo ato enunciativo. Em outras palavras, ninguém faz uma pergunta senão para alguém⁷, e, ao mesmo tempo em que é uma

⁷ No quadro da teoria enunciativa aqui mobilizada para a análise, a relação eu/tu não coincide, necessariamente, com a interação interlocutiva em que têm participação dois ou mais interlocutores. Em enunciação, a intersubjetividade é a constituição necessária do sujeito pelo outro. Em termos esquemáticos, pode-se dizer que o “eu” é, desde sempre, constituído por um “tu”. Assim, nossa afirmação, segundo a qual toda a pergunta se dirige a alguém, deve ser entendida como dando conta de duas realidades distintas e complementares: (a) uma pergunta se dirige a alguém porque é um fenômeno lingüístico cuja realização supõe o outro; (b) esse “outro” pode ou não coincidir com um outro interlocutor e pode mesmo coincidir com o próprio sujeito que enuncia. Nesse último caso, o exemplo mais evidente é o monólogo. Sobre ele pronuncia-se Benveniste: “o ‘monólogo’ é um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor” (Benveniste, 1989, p. 87-88).

demanda do “eu”, a pergunta traz em si a marca do “tu”, pois se dirige ao “tu”.

É o próprio lingüista quem define a pergunta: “a enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’”. Essa definição reforça ainda mais a idéia de “dupla entrada” enunciativa, na medida em que, se a pergunta serve para suscitar uma resposta, essa resposta virá sempre do “tu”, que, ao enunciar, tornar-se-á “eu”. A pergunta, dessa maneira, sempre supõe e carrega o “tu” consigo, ao mesmo tempo em que é uma enunciação do “eu”, promovendo a *intersubjetividade* ao suscitar uma resposta.

Chega-se, aqui, a um dos pontos criticados por alguns autores: o privilégio dado por Benveniste às questões formais. Como se pode perceber, Benveniste separa pergunta, ordem e asserção, devido à forma sintática de cada uma. Diz ele em *Os níveis da análise lingüística* (Benveniste, 1988, p. 130, grifo nosso):

Reconhece-se amplamente que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, diferenciadas por traços específicos de sintaxe e de gramática [...]. Ora, essas três modalidades são apenas o reflexo dos três comportamentos fundamentais do homem que fala e age através do discurso sobre seu interlocutor: ele quer lhe transmitir um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem.

A crítica a esse “caráter formal” de Benveniste advém de Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 130). A autora, ancorando-se em Searle (1972), que vê a pergunta e a ordem como membros de um mesmo conjunto, o dos *diretivos*⁸, propõe conciliar os dois pontos de vista, tendo-se, então, os seguintes termos:

- a) convém opor o *pedido de um dizer* (pergunta) e o *pedido de um fazer* (solicitação⁹);
- b) a pergunta e a solicitação fazem parte de uma mesma categoria maior, a dos *pedidos*.

Ou seja, pergunta e ordem seriam, segundo Kerbrat-Orecchioni (2005), formas diferentes de pedidos. O “pedido de um fazer” estaria para a ordem, enquanto o “pedido de um dizer” estaria para a pergunta.

Certamente, a crítica de Kerbrat-Orecchioni não se formula do lado de uma recusa dos *traços específicos de sintaxe e de gramática* lembrados por Benveniste, mas diz respeito à ênfase a tais traços como definidores da pergunta.

Como este estudo não visa à descrição sintática da pergunta, mas à abordagem enunciativa, cabe associar às noções benvenistianas de enunciação, intersubjetividade e singularidade, segundo o viés aqui assumido, o entendimento da pergunta como o pedido de um *dizer*. Essa abordagem é de grande relevância para olhar o fenô-

meno lingüístico pergunta-resposta no âmbito da clínica dos distúrbios de linguagem.

Tendo em vista, especificamente, dados de distúrbio de linguagem, o entendimento da *pergunta como solicitação ou confirmação de uma informação*, tal como apresentam alguns estudos lingüístico-interacionais, não parece suficiente, na medida em que, na maioria dos casos (especialmente quando o paciente é uma criança), a “informação solicitada” já é de conhecimento do terapeuta e até mesmo do paciente. Por exemplo, perguntas do tipo “que cor é essa?”, “quantos brinquedos têm aqui?” são, boa parte das vezes, de conhecimento de todos os integrantes da cena enunciativa.

Por outro lado, o entendimento da *pergunta como construção feita para suscitar uma “resposta”* parece ser mais adequado, na medida em que se pode incluir aí o suscitar de um “dizer”: “dizer” que subjaz à resposta.

Então, o que é *perguntar*, em clínica dos distúrbios de linguagem? De certa forma, adianta-se aqui que *perguntar*, nessa situação específica, parece encaminhar para o entendimento geral de ser a pergunta a solicitação de um *dizer*. Mas essa questão só pode ser respondida com clareza através da análise apurada de tal fenômeno em contexto clínico. Somente assim é possível formular uma definição mais apropriada do par pergunta-resposta, bem como de seu funcionamento na clínica dos distúrbios de linguagem.

No entanto, antes de dar início à análise, faz-se necessária a reflexão sobre algumas questões metodológicas que se mostram de grande relevância para a análise enunciativa.

Questões de análise

A análise da linguagem com o aporte enunciativo exige do analista acuidade metodológica em relação a alguns pontos. Configuram-se exemplos desses pontos as noções de *dado* e de *transcrição*.

Em uma perspectiva enunciativa, a noção clássica de *dado* é posta em xeque, uma vez que o dado, para a Enunciação, entendido como as maneiras pelas quais os sujeitos se marcam no que dizem, é impossível de ser vislumbrado senão através da ocorrência de fenômenos que explicitem essas maneiras de estar na linguagem. A essa ocorrência dá-se o nome de *fato*¹⁰. Em outras palavras, o dado, pela ótica enunciativa, não é jamais “dado”. Conseqüentemente, um banco de dados enunciativo será sempre um *banco de fatos*, isto é, um corpus de ocorrências enunciativas que demonstrem como os sujeitos se marcam nos seus dizeres.

⁸ Para Searle, os *diretivos* são termos usados para que se possa fazer com que o outro faça alguma coisa.

⁹ A ordem, segundo a autora, é um tipo particular de solicitação.

¹⁰ O termo *fato lingüístico* é utilizado por Benveniste (1988) no seu texto *Os níveis de análise lingüística*.

Os *atos enunciativos* a serem utilizados nesta análise do par pergunta-resposta consistem em dois recortes de diálogos entre terapeuta e paciente (designados de recorte 1 e 2), extraídos das gravações de cinco sessões de atendimento fonoaudiológico de uma paciente de onze anos com retardo de linguagem associado à Síndrome de Down. Tais sessões ocorreram e foram gravadas no período de 12/09/2006 a 31/10/2006 na Clínica de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e as gravações integram o *banco de fatos enunciativos ENUNSIL – Enunciação e Sintoma na Linguagem*, já citado anteriormente na introdução deste trabalho.

Quanto à *transcrição*, esta precisa, em um viés enunciativo, ser vista também como um ato de enunciação. Dizendo de outra forma: sendo a transcrição o produto da observação de um *fato enunciativo*, e uma vez que a própria observação já é em si um princípio de descrição, feita através de um determinado ponto de vista, essa transcrição necessariamente levará consigo as marcas daquele que a produziu. Com isso, quer-se dizer que a transcrição não foge à singularidade da enunciação, sendo, portanto, única e circunscrita apenas ao propósito de sua produção. Uma mesma cena enunciativa, por exemplo, certamente será transcrita de forma diferente por dois ou mais sujeitos, seja pela finalidade das transcrições, seja pela escuta dos transcritores. E essa escuta tende a ser ainda mais diversificada quando se trata de uma cena clínica, na qual a fala desviante do paciente muitas vezes dificulta a interpretação de sons e de significados. Ademais, o ato enunciativo, uma vez transcrito, sofre uma mudança em sua condição original, já que a transcrição se configura numa enunciação sobre outra enunciação¹¹.

Tendo em vista os pressupostos discutidos acima, é importante dizer que as transcrições ora apresentadas têm como único propósito ilustrar o funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta, que é a categoria de análise deste trabalho. Não se tomou como parte da tarefa, por exemplo, nenhuma transcrição de ordem fonética da fala do paciente e do terapeuta, e isso porque esse aspecto não diz respeito ao objetivo deste estudo. Não é da fala desviante do paciente que se está aqui a falar, e sim da relação entre forma e sentido *no diálogo* de perguntas e respostas entre terapeuta e paciente. As transcrições, portanto, serão apresentadas de acordo com a escrita gráfica oficial, sendo compostas pelos seguintes elementos:

- a) Fornecimento, no início de cada recorte, do *contexto enunciativo*¹² em que cada um ocorreu;
- b) Disposição das seqüências de diálogo de forma enumerada e em duas colunas, identificando os interlocutores como F (terapeuta) na primeira coluna e P (paciente) na segunda;
- c) Uso de convenções de transcrição que possibilitem, se necessário, inferências por parte do transcritor.

Análise

Uma vez esclarecidas as especificidades da análise enunciativa, parte-se agora para a análise dos *fatos* em si, a fim de descrever o funcionamento do par pergunta-resposta na clínica dos distúrbios de linguagem. Segue, portanto, o primeiro recorte enunciativo.

Recorte 1

Contexto enunciativo: olhando para um desenho na mesa.

F	P
(1) Ó, tu viu o que que tem aqui? Quem é esse aqui?	
	(2) ((aponta para o pé)) Aqui.
(3) Como é que é o nome disso? É um tênis.	
	(4) Dêni, dêni.
(5) Tênis.	
	(6) O F?!
(7) Muito bem, P. E o que que tem na mão dele aqui, P?	
	(8) Dexa eu vê (.) óla.
(9) Uma bola?	
	(10) É.
(11) Muito bem. E aqui o que que é?	
	(12) Mamarera.
(13) Borboleta.	
	(14) Boleta.

Em (1), as perguntas parecem funcionar como uma espécie de “gatilho”, que teve como função desencadear uma situação de diálogo. Dizendo de outra

¹¹ Nas palavras de Flores (2006), a transcrição é vista “como ato enunciativo, como um *mostrar* de um *dizer* que comporta, [...], um outro *dizer* [...]” (p.74, grifo do autor). Sendo a transcrição, portanto, enunciação, Flores conclui: “Cada transcrição é sempre única, singular e não linearmente extensível” (Flores, 2006, p. 74).

¹² Diz Benveniste em *O Aparelho Formal da Enunciação*: “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, *as situações em que ele se realiza*, os instrumentos de sua realização” (Benveniste, 1989, p. 83, grifo nosso). Portanto, como ele mesmo afirma, “a *referência* é parte integrante da enunciação” (p. 84, grifo nosso). Assim sendo, toda e qualquer transcrição enunciativa exige uma identificação referencial, isto é, é necessário que haja um elemento responsável pela contextualização do recorte enunciativo. Esta é a função do *contexto enunciativo*.

forma, a primeira parte da pergunta – “Ó, tu viu o que que tem aqui?” – funciona como um mecanismo para chamar a atenção de P, enquanto a segunda parte – “Quem é esse aqui?” – é propriamente a responsável pela instauração da interlocução, ou seja, é a segunda pergunta presente em (1) que busca que P fale alguma coisa.

Como resposta, P, em (2), aponta para o próprio pé e responde “Aqui”, entendendo que F se referira ao tênis que o menino desenhado na mesa estava vestindo. F, percebendo a mudança de referente que P fez na sua resposta (de “menino” para “tênis”), opta por seguir o diálogo considerando o referente proposto por P, deixando de lado a pergunta anterior e mantendo, portanto, o assunto do “tênis”. Isso mostra que a pergunta em (1) tinha como função unicamente iniciar o diálogo.

Em (3), a pergunta “Como é que é o nome disso?” apresenta uma peculiaridade sobre a qual vale a pena maiores detalhes: ambos os interlocutores estão olhando para o desenho na mesa do consultório da sessão, logo tanto P quanto F sabem que o que estão vendo é um tênis, ou seja, a resposta já é de conhecimento de F, e F sabe que ela também já é de conhecimento de P, mas ainda assim a pergunta é feita.

Isso posto, cabe questionar: por que F fez a pergunta em (3) se ambos os interlocutores sabiam que tratava-se de um tênis? Em outras palavras: que interesse poderia ter, para o desenvolvimento de um diálogo, perguntar sobre algo que os interlocutores já sabem o que é? Ou ainda: por que alguém, em condições relativamente cotidianas, apontaria para um tênis e perguntaria para outro alguém “Como é que é o nome disso?”

A nossa hipótese é que F parece estar atento a uma resposta cuja ênfase recaia unicamente sobre a *forma* do enunciado. Explicando de outra maneira: quando F faz essa pergunta para P, o que F pretende é saber como P articula a palavra “tênis”. Percebe-se, assim, que a pergunta em (3) tem como função solicitar um *uso de forma*. A resposta esperada é tão-somente da ordem da nomeação.

Esse funcionamento também pode ser observado em (7) e (11), nos quais as perguntas solicitam as formas “bola” e “borboleta”, respectivamente. Por conseguinte, as perguntas (3), (7) e (11) têm como propósito levar a (5), (9)¹³ e (13), isto é, instâncias em que F pode incidir sobre a forma de P.

Além disso, observa-se que P tende a “se ancorar” na forma de F, como se pode notar em (12) e (14), onde a forma “mamarera” é substituída por “boleta”,

muito mais próxima da forma “borboleta” enunciada por F em (13). O mesmo fenômeno parece ocorrer em (4) com a forma “dêni”, porém de maneira menos evidente, uma vez que a forma “tênis” já havia sido dada de antemão por F.

Recorte 2

Contexto enunciativo: Retirando brinquedos de uma caixa.

F	P
(1) E esse aqui ó? ((mostra um fogão))	
	(2) Fogão!
(3) Fogão!	
	(4) Ó. ((mostra uma panela)) Bolo.
(5) Um bolo?! Um bolo de quê?	
	(6) (...) ((aponta para quem está filmando))
(7) Bolo de-	
	(8) Pá ele ((apontando para quem está filmando))
(9) Bolo de quê?	
	(10) Hã?
(11) Bolo de chocolate.	
	(12) Nããão.
(13) Não?	
	(14) Bolo blaate.
(15) Bolo de chocolate?	
	(16) É.

Neste segundo recorte, percebe-se certa peculiaridade em relação ao primeiro recorte, no que diz respeito, em especial, às respostas de P.

Em (1) a pergunta “E isso aqui ó?” parece estar dando continuidade ao diálogo antecedente, ao mesmo tempo em que é uma solicitação de *uso de forma*. A resposta de P em (2) é satisfatória, sendo, portanto, confirmada por F em (3). Cabe observar que a repetição de “fogão” por parte de F, em (3), tem um estatuto enunciativo bastante peculiar: confirma o *uso de forma* esperado, o considerado correto, da palavra, além de confirmar a correção do ato de nomear. P, nesse caso, articulou como se espera que articule e fez isso nomeando adequadamente.

¹³ Em (9), a pergunta “Uma bola?” apresenta um sentido diferenciado das demais perguntas do recorte, funcionando, de um lado, como confirmação de “bola”, ao mesmo tempo em que, de outro lado, é uma correção da forma “óla” enunciada por P em (8), e sendo semelhante, neste último aspecto, aos enunciados de (5) e (13). Assim pode-se dizer que (9) acumula dois estatutos enunciativos: confirma e corrige.

Em (4), P fala sem que seu enunciado seja uma resposta a uma pergunta de F. P mostra uma panela e diz: “bolo”. Em (5), F faz a pergunta “Um bolo?!” em sinal de aprovação (quase um “muito bem!”) e, logo em seguida, dá continuidade ao diálogo através de outra solicitação de *forma*, “Bolo de-” (7) e “bolo de quê?” (9).

A resposta de P não é dizer de que é feito o bolo, como parece ser a expectativa de F. P diz “Pá ele”, mudando o rumo do diálogo.

Nota-se que, nesse caso, ao contrário do que ocorreria no Recorte 1, P deixa de aceitar a condição de simplesmente responder, imposta pelas perguntas de *uso de forma* de F. Explicando melhor, as perguntas, em geral, têm a propriedade de impor uma condição enunciativa ao interlocutor, carregando junto com elas uma espécie de “imagem de um tu”. É por F avaliar – talvez de maneira um pouco demasiada – que é frágil a condição de P como falante da língua que, juntamente com as perguntas de *uso de forma*, é veiculada uma imagem de um “tu” cujo estatuto não é de quem possa enunciar, mas é de quem nomeia e repete. O que F coloca em dúvida nesse diálogo é a condição de enunciator de P e mesmo a possibilidade de que ele venha a enunciar. O excesso de perguntas que demandam *uso de forma* pode destituir o sujeito da sua condição de quem possa enunciar numa dada língua.

No caso das perguntas formuladas por F nos recortes acima, a condição enunciativa imposta ao interlocutor parece ser tão-somente a de *nomeação*. Ou seja, cabe ao destinatário desse tipo de pergunta apenas o ato enunciativo de dar nome às coisas. É essa condição enunciativa que P recusa ao ignorar a solicitação de completude em (7) – “bolo de-” – e ao oferecer a outrem o bolo, dizendo “pa ele”, em (8).

No primeiro recorte enunciativo da análise, P aceita a condição enunciativa de nomeação imposta pelas perguntas de F. Todavia, nesse segundo recorte, P parece refutar essa condição contida na pergunta “Um bolo de quê?” de (5), e que é reforçada durante todo o resto do diálogo. P responde de forma gestual em (6), apontando para quem estava gravando a sessão, e de forma verbal (“Pá ele”) em (7). O que se pode observar é o fato de P não querer responder “o que é”, mas sim “de quem é” ou “para quem é” o bolo.

Por fim, P acaba aceitando a condição de nomeação em (14), recebendo logo a seguir a pergunta “Bolo de chocolate?”, que possui funcionamento semelhante à pergunta realizada em (9) do Recorte 1 (“Uma bola?”), isto é, de confirmação e correção.

Conclusão

Conforme mencionado nas linhas introdutórias deste trabalho, o que se pretendeu, no presente estudo, foi investigar o funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta no contexto da clínica dos distúrbios de

língua, dando ênfase para as relações que se estabelecem entre a forma e o sentido dentro deste par. Para tanto, fez-se necessário abordar questões preliminares, como algumas das perspectivas da lingüística interacional acerca do par pergunta-resposta, bem como a perspectiva da Teoria da Enunciação acerca da clínica dos distúrbios de linguagem, contexto no qual se buscou estudar o par pergunta-resposta.

Por fim, pode-se formular, a partir da análise de recortes enunciativos, conclusões, de ordem generalizável, em relação ao par pergunta-resposta, ou seja, que não se limitam à situação de clínica dos distúrbios de linguagem, e conclusões específicas desse contexto, que responderiam à questão “o que é “perguntar” em clínica dos distúrbios de linguagem?”.

Quanto às conclusões generalizáveis, pode-se dizer que:

- a) A pergunta, em geral, não funciona propriamente como tal (confirmação/negação ou solicitação de conteúdos proposicionais). Observou-se, por exemplo, nos recortes enunciativos analisados, perguntas com sentido de vocativo, isto é, de chamar a atenção do interlocutor, perguntas com função de manter uma situação de diálogo, bem como perguntas que servem para dois propósitos simultâneos, de confirmação e de correção;
- b) As perguntas, apesar de apresentarem formas em comum, possuem sentidos diversos, que se definem apenas na e pela enunciação, isto é, dependem de cada sujeito e de cada instância de utilização, sempre singulares;
- c) A pergunta não só supõe um “tu”, como diz Benveniste ao apontar para o processo de dupla entrada das perguntas, como também define a condição enunciativa desse interlocutor.

No que diz respeito às conclusões específicas, pode-se afirmar que:

- a) Perguntar é, antes de tudo, suscitar um ato de enunciação. Os dados analisados mostram que, no contexto da clínica dos distúrbios de linguagem, a pergunta possui um funcionamento específico, qual seja, o de solicitar um *uso de forma* como resposta;
- b) Por solicitar um *uso de forma*, a pergunta coloca também a resposta numa posição específica, a da *nomeação*. A condição enunciativa do enunciator da resposta é, portanto, ou de aceitação dessa posição (Recorte 1), ou de recusa da mesma (Recorte 2).

Referências

- BENVENISTE, E. 1988. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, Pontes, 386 p.
- BENVENISTE, E. 1989. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, Pontes, 294 p.

- DITTMANN, J. 1979. Einleitung – Was ist, zu welchen zwecken und wie treiben wir Konversations analyse? In: *Arbeiten zur Konversationsanalyse*. Tübingen, Max Niemeyer, p. 1-43.
- FLORES, V. 2006. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon*, 20(40-41):61-75.
- FLORES, V.; TEIXEIRA, M. 2005. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo, Contexto, 128 p.
- GOFFMAN, E. 1987. *Façons de parler*. Paris, Minuit, 280 p.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. 2005. O pedido: pergunta e solicitação. In: C. KERBRAT-ORECCHIONI, *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Niterói, Ed. UFF, 216 p.
- SEARLE, J.R. 1972. *Les actes de langage*. Paris, Herman, 260 p.
- STENSTRÖM, A.B. 1984. *Questions and responses in English Conversations*. Malmö, CWK Gleerup, 296 p.
- STUBBS, M. 1987. *Analisis del discurso*. Madri, Alianza Editorial, 256 p.
- URBANO, H.; FÁVERO, L.L.; ANDRADE, M.L.C.V.; AQUINO, Z.O. 1996. Perguntas e respostas na conversação. In: A.T. CASTILHO (org.), *Gramática do português falado, vol III*. Campinas, UNICAMP, p. 75-97.

Submetido em: 11/04/2008

Aceito em: 04/07/2008

Fábio Aresi

Bolsista PIBIC/CNPq
Instituto de Letras – UFRGS
Porto Alegre, RS, Brasil

Valdir do Nascimento Flores

Professor do Instituto de Letras da UFRGS
Pesquisador CNPq
Porto Alegre, RS, Brasil

Anexo**Convenções de transcrição**

(.) <u>um ponto entre parênteses</u>	indica que há uma pausa curta ¹⁴ intra ou interturnos.
(...) <u>três pontos entre parênteses</u>	indicam que há uma pausa longa intra ou interturnos.
PALAVRA <u>letra maiúscula</u>	indica fala com intensidade acima da fala que a rodeia.
Pala- <u>hífen</u>	indica corte abrupto da fala.
() <u>parênteses vazios</u>	indicam que o transcritor foi incapaz de transcrever o que foi dito.
(()) <u>parênteses duplos</u>	indicam comentários do transcritor.

¹⁴A definição do que é, aqui, considerado pausa curta ou longa foi feita no momento da escuta e transcrição do material e contou com a ajuda de fonoaudiólogos pertencentes à equipe de pesquisadores que integram o projeto. Vale lembrar que, em enunciação, não se pode estabelecer esses parâmetros ignorando a situação de enunciação na qual estão incluídos os sujeitos, o momento de fala e o espaço. Assim, a mesma quantidade de tempo pode ser considerada pausa longa em um caso e pausa curta em outro caso. Para vislumbrar essa distinção, bastaria comparar as pausas feitas por diferentes sujeitos afásicos. O mesmo tempo de pausa pode ser considerado curto, quando referido a um sujeito afásico grave, mas longo, quando referido a um sujeito afásico com um quadro mais leve.